

Política



“Sei que vocês (prefeitos) estão comendo o pão que o diabo amassou”

LULA, SOBRE A QUEDA DO REPASSE NO FPM

Total. Assistência médica e odontológica de parlamentares e servidores custou R\$ 61,35 milhões

Senado paga despesa médica de Ignácio e de mais 44 ex-senadores

Levantamento mostra que ex-governador recebeu R\$ 32,9 mil no ano passado para tratar da saúde

WAGNER BARBOSA
wsilveira@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

■ O ex-governador José Ignácio Ferreira é um dos 45 ex-senadores ressarcidos com recursos do orçamento do Senado para cobrir despesas médicas e odontológicas no ano passado. Ignácio recebeu R\$ 32.958,12. A lista, divulgada pelo site *Congresso em Foco*, é baseada em informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

José Ignácio foi senador de 1995 a 1998. Em 1999, assumiu o governo do Estado e, em 2001, enfrentou denúncias de corrupção que levaram ao enfraquecimento de seu governo. O ex-senador foi procurado pela reportagem para explicar como e em que foram usados os R\$ 32.958,12. No entanto, de acordo com uma assessora do escritório de advocacia de José Ignácio, ele estava em trânsito e incomunicável. A secretária disse ainda que Zé Ignácio não usa telefone celular.

Do total de R\$ 1,6 milhão reservado no orçamento para ressarcir despesas médicas e odontológicas a ex-senadores e dependentes de ex-parlamentares, a Casa liberou, apenas em

2008, R\$ 1,19 milhão. O ressarcimento de despesas é apenas uma das modalidades de atendimento de que dispõem senadores no exercício do mandato e ex-senadores.

A assistência médica e odontológica dos parlamentares e servidores do Senado custou R\$ 61,35 milhões à Casa em 2008. O valor inclui repasse para instituições privadas conveniadas, ressarcimentos e cobertura de custos do serviço médico. Para este ano, a previsão de despesas nessa área é de R\$ 61,66 milhões.

REEMBOLSO

Dois ex-senadores tiveram ressarcimento superior a R\$ 100 mil: Almir Gabriel (PA) e Moisés Abraão (TO). Os dois reclamam que não tiveram suas despesas integralmente reembolsadas pela Casa apesar de o ato normativo que regula o benefício dar poderes à Mesa Diretora para cobrir os gastos totais em saúde de ex-parlamentares.

O ex-governador do Pará é o ex-senador que teve maior ressarcimento de despesas de saúde no ano passado: R\$ 144.806,72. Almir Gabriel conta que esteve internado duas vezes, e que teve de custear boa parte do gasto com internações no Hospital do Coração, em São Paulo, e no Pró-Cardíaco, no Rio.

Para o diretor da ONG Transparência Capixaba, o historiador Rafael Simões, os políticos passaram a utilizar o dinheiro público “como uma



PRIVILÉGIO. José Ignácio deixou o Senado em 1998, mas, pelas regras da Casa, tem direito ao benefício

coisa particular”. “Nós temos um sistema público de saúde, o SUS, que atende a todas as pessoas, e temos planos privados de saúde. Na verdade, pelo simples fato de que um cidadão já foi senador, não significa que a sociedade deva ficar custeando os seus assuntos particulares”. Simões salienta que o pagamento do benefício pode ser legal, mas é imoral.

Denúncias e pedido de impeachment

■ Em sua gestão à frente do Palácio Anchieta, entre 1999 e 2002, José Ignácio enfrentou denúncias de corrupção que motivaram a abertura de um processo de impeachment na Assem-

bleia Legislativa. Uma CPI foi instalada na Casa para apurar denúncias de cobrança de propina no governo. Foi uma das piores crises políticas do Estado. O Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana chegou a pedir a intervenção federal no Estado, alegando a infiltração do crime organizado nos Poderes.

RICARDO MEDEIROS

A repercussão

“O Senado tem que se modernizar. Essa prática é condenável e faremos de tudo para que deixe de existir no futuro”

RENATO CASAGRANDE (PSB)
SENADOR

“Isso está errado. O ideal é que o Senado contrate empresas de planos de saúde privados para atender a servidores e senadores”

GERSON CAMATA (PMDB)
SENADOR

“Pelo simples fato de que um cidadão já foi senador, isso não significa que a sociedade deva ficar custeando os seus assuntos particulares”

RAFAEL SIMÕES
TRANSPARÊNCIA CAPIXABA

Diretores ainda não foram exonerados

Nem mesmo os 50 funcionários que tiveram os nomes divulgados foram afastados

BRASÍLIA

■ Uma semana depois de anunciar a redução pela metade dos 181 cargos de diretores, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não exonerou ninguém até agora. Nem mesmo os 50 diretores, que tiveram seus nomes divulgados na última sexta-feira, foram afastados de seus cargos. E a maquiagem nos cortes de pessoal e de gastos do Senado deverá continuar: "Quatro ou cinco" diretores da lista de 50 exonerados serão mantidos e parte dos cargos de direção será "transformada", com seus ocupantes recebendo gratificação, que terá valor inferior à paga ho-

je aos diretores.

Em nova versão sobre o enigmático organograma, anunciada ontem, o Senado não tem mais 181 diretorias: agora são 38 secretários com status de diretor, além de cinco cargos da cúpula administrativa da Casa. O restante, 138 cargos, são mesmo de "diretorias de fantasia", conforme definiu o primeiro-secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI). Segundo ele, a ideia é enxugar a estrutura da Casa e reduzir para 20 secretarias, no máximo, o número de diretorias no Senado. Essa era a estrutura existente no Senado em 2001.

PROBLEMA ADMINISTRATIVO

Apesar de participar da reunião da Mesa que decidiu pelo corte, o presidente Sarney preferiu manter-se distante da imprensa, não participou do anúncio das novas medidas e promessas, e

avisou que não falará mais sobre problemas administrativos e de pessoal da Casa.

"Esse número de 181 nunca existiu. Estamos falando em números reais de 38 diretorias e a nossa meta é que elas fiquem entre 14 e 20 diretorias", afirmou o primeiro-secretário. Pelos seus cálculos, essa redução significará um corte de gastos de R\$ 1 milhão por mês na folha de pagamento, que totaliza R\$ 2,2 bilhões de despesas ao ano.

Heráclito afirmou que os 50 diretores que tiveram sua exoneração anunciada na semana passada serão afastados oficialmente do cargo amanhã, depois da reunião da Mesa Diretora do Senado. "Essas exonerações dependem de ato da Mesa", explicou. O novo organograma do Senado, com menos diretorias, também deverá ser aprovado na reunião da Mesa. (Agência Estado)

Casa pode contratar 13 mil comissionados

Resoluções vigentes permitem multiplicar as atuais 2.864 vagas ocupadas por cargos de indicação política

BRASÍLIA

■ Além de identificar 203 cargos de confiança na diretoria-geral do Senado, a faxina que está sendo feita na Casa descobriu que o ex-diretor Agaciel Maiare servou 150 dessas vagas para os senadores preencherem.

Parlamentares atribuem ao uso dessa cota o aval concedido pela Mesa Diretora do Senado às propostas de multiplicação de cargos que se concretizaram nos 14 anos em que Agaciel comandou a máquina administrativa da Casa. A dis-

tribuição de cargos está na origem do poder do ex-diretor.

É o caso do aumento dos cargos de diretoria, a ponto de a instituição superar uma multinacional de grande porte, com 181 postos, sendo mais de 70% deles criados na segunda gestão do presidente José Sarney (PMDB) na presidência do Senado, de 2003 a 2005.

O resultado é que a capacidade de contratação do Senado é de mais de 13 mil servidores, sobretudo dos chamados cargos de confiança. Isso é possível graças a mecanismos das resoluções vigentes que permitem multiplicar as atuais 2.864 vagas ocupadas por comissionados. Cada um desses cargos pode ser desdobrado em outros de salários menores. (Agência Estado)



ABR

STATUS DE CHEFE. Heráclito Fortes explica que existem 138 "diretorias de fantasia"

Anistia a Delúbio divide lideranças do PT estadual

Pedido de perdão de ex-tesoureiro será analisado pela executiva nacional no dia 23 de maio

■ O pedido de anistia do ex-tesoureiro nacional do PT Delúbio Soares divide capixabas que integram diferentes correntes internas do partido. Expulso da legenda em outubro de 2005 por envolvimento no escândalo do mensalão, Delúbio pediu ao diretório nacional a revisão da punição, em carta enviada na semana passada. O apelo deve ser analisado, no dia 23 de maio.

O secretário estadual de Trabalho, Tarciso Vargas, é um dos que não vê problema na readmissão de Delúbio. "De minha parte, não tenho nada contra.

Mas é uma decisão que compete aos companheiros do diretório nacional", diz o membro da "Construindo um Novo Brasil".

Presidente regional do PT, o deputado estadual Givaldo Vieira diverge de seu sucessor na Secretaria de Trabalho. Integrante da "Aliança Socialista", ele explica que a orientação nacional do grupo é para que os dirigentes se posicionem contra esse retorno. "Consideramos que a saída dele é sem volta. Simbolicamente, o retorno de Delúbio mexe justamente no esforço do partido para se reafirmar eticamente." Já a deputada federal Iriny Lopes, membro da "Articulação de Esquerda" e vice-presidente do diretório nacional, terá direito a voto. "Todos conhecem minha opinião, pois, no passado, votei pela exclusão." (Vitor Vogas)

Dirceu chega a Vitória na sexta-feira

■ O ex-chefe da Casa Civil e ex-deputado federal José Dirceu (PT-SP), um dos supostos articuladores do mensalão no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio a projetos do governo -, virá a Vitória na próxima sexta-feira para participar do seminário organizado pela corrente "Construindo um Novo Brasil" (CNB) - antigo "Campo Majoritário" -, da qual faz parte. O encontro ocorrerá às 18h30, no Hotel Aruan. Dirceu é réu no processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF).

RÁPIDAS

VAGA DE CLODOVIL
Suplente diz ter "coração suave"

■ Jairo Paes de Lira (PTC-SP) assumiu ontem o mandato de deputado federal como suplente de Clodovil Hernandes (PR-SP), que faleceu na semana passada. Após a posse, Lira, ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo, aceitou o rótulo de "linha dura", mas disse ter o "coração suave". Ele teve cerca de 7 mil votos, enquanto Clodovil chegou perto da marca de 500 mil. "O rótulo de linha dura eu aceito. Continuo a ser linha dura na defesa do interesse do povo brasileiro. Linha dura sim, mas de coração suave", afirmou.

ALMEIDA LIMA



ABR

Aliado de Renan preside comissão

■ O senador Almeida Lima (PMDB-SE) foi eleito ontem por aclamação, como o novo presidente da Comissão Mista de Orçamento. O parlamentar foi indicado para o cargo pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros.

Ontem, senador Almeida Lima, um dos mais ativos integrantes da tropa de choque de Renan durante os processos que ele enfrentou na Casa por quebra de decoro, disse que está qualificado para assumir o cargo.